



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Agravo Regimental (Recurso de Agravo) nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 293673-6**

**Agravante:** Luiz Carlos da Silva

**Advogado:** Suzana Lopes da Silva

**Agravado:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

**Recurso de Agravo nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 293673-6**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

**Agravado:** Luiz Carlos da Silva

**Advogado:** Suzana Lopes da Silva

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO. DIREITO HUMANO À SAÚDE. NEOPLASIA MALIGNA DO PERITÔNIO (MESOTELIOMA PERITONEAL, CID10=C.45). PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM O CUSTO DO TRATAMENTO. PEMETREXED (AILMTA) E CISPLATINA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJPE. VIOLAÇÃO A DIREITO PERSONALÍSSIMO. DANO MORAL CONFIGURADO. INCIDÊNCIA DO ART. 196, DA CF/88. MINORAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDO AO VALOR EXCESSIVO ARBITRADO. RECURSOS DE AGRAVO IMPROVIDOS À UNANIMIDADE.

1. Cuidam-se de Recursos de Agravo interpostos contra decisão terminativa proferida nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 293673-6, que, com arrimo no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento parcial ao reexame, prejudicando o recurso voluntário, tão somente para reduzir a condenação em honorários advocatícios para o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mantendo-se, no mais, a decisão fustigada em todos os seus termos.

2. A decisão fustigada encontra-se inteiramente esteada no entendimento expresso na Súmula nº 18 deste Egrégio Sodalício, segundo o qual comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao custeio do medicamento



Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

adequado ao caso, ainda que este não esteja previsto em lista oficial, razão pela qual se afigura apropriada sua manutenção.

3. A afirmação contida nas razões recursais quanto à necessidade de observância ao Protocolo de Diretrizes fixado pela Secretaria de Saúde soçobra quando cotejada com os direitos fundamentais à vida e à saúde, intrinsecamente envolvidos com a controvérsia dos autos. Tais direitos, de dignidade constitucional e de mais nobre hierarquia, não comportam limitação por mero ato administrativo.

4. Diante das circunstâncias presentes nos autos, notadamente a gravidade da doença, assim como a avançada idade do suplicante, houve flagrante violação aos direitos da personalidade deste, configurando o dano moral. De fato, o comportamento da ré, ora agravante, mostrou-se assaz abusivo, tornando necessária a reparação do dano sofrido.

5. Os honorários advocatícios arbitrados no valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) atendem perfeitamente ao preceituado nos §§3º e 4º do art. 20, do Digesto Processual Civil, não merecendo sofrer qualquer modificação

6. Recursos de Agravo a que se negam provimentos de forma unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes Recursos de Agravo nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 293673-6, acima mencionados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada na data de 21/03/2013, à unanimidade de votos, em negar-lhes provimentos, nos termos do Voto do Relator e demais elementos constitutivos do presente julgamento, os quais ficam fazendo parte integrante do mesmo.

P.R.I.

Recife, 21/03/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Agravo Regimental nos autos do Reexame Necessário e  
Apelação Cível nº 293673-6**

**Agravante:** Luiz Carlos da Silva

**Advogado:** Thiago Cézar Almeida Coutinho

**Agravado:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

**Recurso de Agravo nos autos do Reexame Necessário e  
Apelação Cível nº 293673-6**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

**Agravado:** Luiz Carlos da Silva

**Advogado:** Suzana Lopes da Silva

**RELATÓRIO**

Cuidam-se de Agravo Regimental e Recurso de Agravo interpostos contra decisão terminativa proferida nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 293673-6, que, com arrimo no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento parcial ao reexame, prejudicando o recurso voluntário, tão somente para reduzir a condenação em honorários advocatícios para o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mantendo-se, no mais, a decisão fustigada em todos os seus termos.

Em suas razões recursais, de fls. 134/141, o Sr. Luiz Carlos da Silva, em suma, defende a manutenção da condenação do Estado de Pernambuco ao pagamento dos honorários advocatícios no valor original de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Já o Estado de Pernambuco, às fls. 148/154, aduz a existência de política pública para assistência oncológica, incumbindo ao SUS o tratamento do portador de câncer, mas não através Secretaria Estadual de Saúde, devendo o medicamento requerido ser fornecido pelos Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACONS, cabendo ao Ministério da Saúde o repasse dos recursos para o custeio dos procedimentos. Alega, por fim, a exorbitância dos honorários advocatícios arbitrados em seu desfavor.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento os presentes recursos para julgamento nesta Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 21 de 03 de 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
 Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Agravo Regimental nos autos do Reexame Necessário e  
 Apelação Cível nº 293673-6**

**Agravante:** Luiz Carlos da Silva

**Advogado:** Thiago César Almeida Coutinho

**Agravado:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

**Recurso de Agravo nos autos do Reexame Necessário e  
 Apelação Cível nº 293673-6**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

**Agravado:** Luiz Carlos da Silva

**Advogado:** Suzana Lopes da Silva

**VOTO DE MÉRITO**

De início, aplico ao caso em tela o princípio da fungibilidade recursal e recebo o Agravo Regimental de fls. 134/141 como Recurso de Agravo, uma vez que guerrea contra decisão terminativa desta Relatoria.

Não há qualquer inovação nas razões recursais relatadas, não merecendo prosperar as alegações de ambos os agravantes, sendo assim, ratifico os termos da decisão aqui recorrida. Senão vejamos.

No caso em espécie, o Sr. Luiz Carlos da Silva é portador de neoplasia maligna do Peritônio Mesotelioma peritoneal, CID10=C.45, com doença apresentando-se em estado IV (localmente avançada e irressecável), não dispondo de condições financeiras para aquisição dos medicamentos denominados PEMETREXED (AILMTA) e CISPLATINA, na dosagem prescrita às fls. 22.

De proêmio, observo que a ingerência do Poder Judiciário mostra-se sobremaneira necessária no caso em questão, uma vez que visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através de norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, *in verbis*:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Desta forma, destaque-se que, constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência constitucional indissociável do direito à vida, não havendo que se falar em violação à separação dos poderes quando o Judiciário intervém em questões de mérito administrativo com a intenção de garantir a observância ao princípio da legalidade.

Assim sendo, dúvida não há de que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Tal matéria, inclusive, encontra-se sumulada neste Egrégio Sodalício:

**Súmula nº 18, do TJPE** - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, **ainda que não previsto em lista oficial.** (destaque!)

Com efeito, é firme neste mesmo sentido a jurisprudência dos Tribunais Superiores e deste Egrégio Sodalício, conforme ementas abaixo transcritas:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO DE ANGIOPLASTIA BILATERAL. ARTIGO 196 DA CF/88. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. LEGITIMIDADE PASSIVA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. 1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior que é a garantia à vida digna. 2. Ação objetivando a condenação da entidade pública ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de Angioplastia Bilateral. 3. O direito à saúde é assegurado a todos e dever do Estado, por isso que legítima a pretensão quando configurada a necessidade do recorrido. 4. O Estado, o Distrito Federal e o Município são partes legítimas para figurar no pólo passivo nas demandas cuja pretensão é o fornecimento de medicamentos imprescindíveis à saúde de pessoa carente, podendo a ação ser proposta em face de quaisquer deles. Precedentes: REsp 878080/SC; Segunda



167  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Turma; DJ 20.11.2006 p. 296; REsp 772264/RJ; Segunda Turma; DJ 09.05.2006 p. 207; REsp 656979/RS, DJ 07.03.2005. 5. Assentado o acórdão recorrido acerca da necessidade dos medicamentos pleiteados na inicial, não cabe ao STJ conhecer do recurso. As questões que levam à nova incursão pelos elementos probatórios da causa são inapreciáveis em sede de recurso especial, consoante previsto na Súmula 7/STJ. 6. O exame do preenchimento dos pressupostos para a concessão da tutela antecipada previstos no artigo 273, deve ser aferido pelo juiz natural, sendo defeso ao STJ o reexame desse pressuposto de admissibilidade, em face do óbice contido na súmula 07/STJ. 7. Precedentes jurisprudenciais: (REsp 505729/RS, Ministro Relator Felix Fischer, 5ª Turma, DJU 23/06/2003; REsp 190686/PR, Ministro Relator Franciulli Netto, 2ª turma, DJU 23/06/2003; MC 2615/PE, Ministro Relator Francisco Falcão, 1ª Turma, DJU 19/08/2002; AGA 396736/MG, Ministro Relator Felix Fischer, 5ª Turma, DJU 25/02/2002; REsp 373775/RS, Ministro Relator Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJU 01/07/2002; REsp 165339/MS, Ministro Relator Jorge Scartezini, 5ª Turma, DJU 05/03/2001; AGA 199217/SP, Ministro Relator Luiz Vicente Cernicchiaro, 6ª Turma, DJU 17/02/1999) 8. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1044354/RS, Rel. Min. Luiz Fux, T1, DJ 14/10/2008).

**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A PACIENTE HIPOSSUFICIENTE. OBRIGAÇÃO DO ESTADO.** Paciente carente de recursos indispensáveis à aquisição dos medicamentos de que necessita. Obrigação do Estado de fornecê-los. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento (AI-AgR 648971/RS, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 04/09/2007).

**MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO MÉDICO. ESFÍNCTER ARTIFICIAL. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. CARÊNCIA DE AÇÃO. PROCESSO EXTINTO.**  
**1. Os entes estatais são solidariamente responsáveis pelo fornecimento aos mais necessitados de remédios e aparelhos que lhes possam assegurar condições mínimas de sobrevivência digna. 2. A vida e a saúde constituem bem por demais valioso, que não pode ser colocado no plano meramente financista dos interesses estatais, não sendo razoável pretender-se que o risco de um suposto dano patrimonial ao ente público seja afastado à custa do sacrifício pessoal da parte necessitada. 3. Não configurados os pressupostos da ação cautelar, há de ser extinto o processo, sem exame de mérito, por carecer o autor de interesse processual. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg na MC 11805/RJ, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, Data da Publicação: 20/10/2006) (grifei)**

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. PRELIMINARES DE NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO, INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO UNANIMEMENTE REJEITADAS. MÉRITO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADOR DE GLAUCOMA AVANÇADO. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO**



168  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

ESTADO. INTEGRATIVO IMPROVIDO. 1. Preliminares de necessidade de formação de litisconsócio passivo e de incompetência da Justiça Estadual unanimemente rejeitadas, posto que a responsabilidade questionada é solidária nos três níveis federados, aos quais cabe, a nível administrativo, as eventuais e conseqüentes compensações, sendo desnecessária a formação do litisconsócio passivo reclamado (entre o Município de Olinda e a União), não restando dúvidas quanto à competência do juízo natural originário para processar a ação. 2. Fundamento jurídico arts. 4º e 7º, XI, da Lei nº 8.080/90 e Norma Operacional Básica nº 01/96, do SUS, sub-item 6.1, letra I. 3. **No caso em concreto, não há intervenção do Judiciário no mérito administrativo da questão posta, vez que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme preleciona o seu art. 196, razão pela qual rejeito a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido.** 4. Mérito. **Conforme entendimento esposado pelo STJ, é dever do Poder Público velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, inclusive ilminarmente.** 5. Precedentes do STJ citados. 6. **Observância da Súmula 18 desta Corte de Justiça.** 7. **Não vulneração dos dispositivos constantes nos arts. 2º, 37, caput, 197 e 198, I, todos da CF/88; 4º e 7º da Lei nº 8.080/90 e 1º da Lei nº 9.494/97.** 8. Recurso de agravo unanimemente improvido (RA 147834-8/01, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8ª Câmara Cível, DJ 27/11/2008). (grifei)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Recurso que visa modificar Decisão Terminativa que negou seguimento a Agravo de Instrumento. Direto à saúde é garantia constitucional indissociável do direito à vida. Reconhecido o dever do Estado ao fornecimento de medicamentos destinados a tratar de moléstia grave. Recurso não provido à Unanimidade (RA 176153-3/01, Rel. Des. João Bosco Gouveia De Melo, 7ª Câmara Cível, DJ 18/11/2008).

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA E DE AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS. AMBAS REJEITADAS. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR PROFERIDA COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. OBRIGATORIEDADE. DIREITOS FUNDAMENTAIS À SAÚDE E À VIDA GARANTIDOS PELA CF/88. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública em defesa de direito indisponível, principalmente, quando se tem por objetivo proteger interesse individual de menor carente. 2. A obrigação do Estado-membro de prestar adequadamente os serviços de saúde constitui encargo solidário, exigível e oponível a qualquer das pessoas públicas componentes da Federação, não se





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

tornando necessário à participação dos demais entes políticos. 3. É absolutamente possível a concessão de liminar quando presentes os seus requisitos autorizadores, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora. 4. A saúde é direito fundamental garantido a todos os cidadãos pela Constituição Federal, desta feita, é dever do Estado garantir o fornecimento de medicações necessárias à manutenção da saúde dos administrados. 5. O fato de o medicamento postulado não estar previsto na lista oficial não afasta o dever constitucional do Estado de garantir a saúde do cidadão. 6. Recurso de agravo improvido. 7. Decisão unânime (RA 172451-8/01, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, DJ 14/11/2008).

Na hipótese, verifico que a pretensão do Sr. Luiz Carlos da Silva encontra-se lastreada por um conjunto probatório capaz de demonstrar a existência de todos os requisitos necessários ao seu deferimento, quais sejam, a condição de hipossuficiência (fls. 17), a existência da enfermidade e a necessidade do medicamento requestado (fls. 19/24).

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o autor, pelo que o fornecimento da medicação pleiteada é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já ardentemente imposta pela própria Constituição da República.

Deve-se ressaltar, ainda, que as eventuais determinações por parte do Poder Judiciário que visam assegurar o direito à saúde não possuem o condão de malferir a chamada Teoria da Reserva do Possível, vez que o implemento dessas medidas destina-se tão somente a garantir um mínimo existencial, em respeito ao já mencionado princípio da dignidade da pessoa humana.

Corroborando este posicionamento, colaciono trecho de ementa da lavra do Ilustre Desembargador Irineu Mariani, membro da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, senão vejamos:

(...) 4. Teoria do possível ou da reserva do possível. O art. 196 da CF não traduz norma não-auto-aplicável, e sim norma programática, isto é, o Constituinte delegou ao intérprete a missão de revelá-lo, em termos qualitativos e quantitativos, no mundo dos fatos, conforme as novas verdades sociais. Assim é porque o dispositivo não diz que o direito à saúde é garantido nos termos da lei ou nos termos das políticas sociais e econômicas. Diz, sim, que o direito à saúde é garantido, mediante



170  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

políticas sociais e econômicas. O que existe é a garantia do direito à saúde. O direito é garantido, cabendo ao Poder Público implementar as políticas sociais e econômicas no sentido de garanti-lo ou para garanti-lo. 5. Não-invasão de competência e outras alegações. Ao garantir a quem precisa de assistência à saúde, como prevê o art. 196 da CF, seja pelo acesso aos medicamentos, seja pela cobertura do custo de exames laboratoriais, radiológicos, tomográficos, atos cirúrgicos, baixas hospitalares, etc., o Judiciário não invade competência de outro Poder. Também, ao invés do habitualmente alegado, não fere diversos outros dispositivos constitucionais, seja o art. 2º (independência dos poderes), seja art. 5º, *caput* (princípio da igualdade), seja do respectivo inc. II (ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei), seja do art. 167, II (despesas que excedem a previsão orçamentária), seja do respectivo VII (concessão ou utilização de créditos ilimitados), seja do art. 168 (destinação do duodécimo até o dia 20 de cada mês). A tudo se sobrepõe o direito à assistência à saúde, além de ser vedado excluir da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito (art. 5º, XXXV). Ademais, há lembrar o Estado Democrático e de Direito, com ênfase ao princípio da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º e III). (...) (AI nº 70027660877, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Irineu Mariani, DJ 26/11/2008).

Outrossim, apesar da medicação postulada não constar na lista de fornecimento da Portaria do Ministério da Saúde, entendo que é infundada tal negativa baseada em procedimentos burocráticos. Nesta linha, colaciono precedente do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO. CÂNCER. DIGNIDADE. 1. A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento. Precedentes: RMS 17449/MG DJ 13.02.2006; RMG 17425/MG, DJ 22.11.2004; RMS 13452/MG, DJ 07.10.2002. 2 (omissis). 3. (omissis) 4. As normas burocráticas não podem ser erguidas como óbice à obtenção de tratamento adequado e digno por parte do cidadão carente, em especial, quando comprovado que a medicação anteriormente aplicada não surte o efeito desejado, apresentando o paciente agravamento em seu quadro clínico. Precedente: RMS 17903/MG Relator Ministro Castro Meira, DJ 20.09.2004. 5 Recurso Ordinário provido (STJ, ROMS 20335/PR. Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, 07.05.2007).

A afirmação contida nas razões recursais quanto à necessidade de observância ao Protocolo de Diretrizes fixado pela Secretaria de Saúde soçobra quando cotejada com os direitos fundamentais à vida e à saúde, intrinsecamente envolvidos com a



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

controvérsia dos autos. Tais direitos, de dignidade constitucional e de mais nobre hierarquia, não comportam limitação por mero ato administrativo. A melhor interpretação das normas jurídicas é aquela procedida conforme a Constituição, porque se coaduna com a integração daquelas num sistema hierarquicamente organizado.

É de se ressaltar que o dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no *caput*, do art. 5º, da Constituição Federal, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional.

Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois valores considerados igualmente fundamentais pela Constituição.

Assim é que qualquer omissão do Estado no papel de garantidor desse direito abrirá ensejo para a propositura de medidas judiciais, não somente naquelas situações em que ele não garantir o direito à saúde, mas também quando o assegurar de forma ineficiente.

Neste ponto, restou amplamente comprovado nos autos a negativa do Estado em custear o tratamento médico prescrito, haja vista os documentos de fl. 26/27, onde a Secretaria de Saúde, através da Nota Técnica GAJ nº 1124/2011, se pronuncia desfavoravelmente ao custeio dos medicamentos requeridos.

Vale ressaltar que, apesar do Parecer Técnico GAJ nº 948/2011, de 28/12/2011, à fl. 56, atestar a indisponibilidade do medicamento CISPLATINA e as providências para a sua aquisição, até a presente data, não houve a comprovação do fornecimento do citado fármaco ao apelado, havendo, inclusive, a reiteração do pedido em 14/11/2012, conforme atesta o documento de fl. 100.

Sendo assim, no que diz respeito ao pedido de indenização por danos morais, entendo que, diante das circunstâncias presentes nos autos, notadamente a gravidade e o avançado estágio da doença, houve flagrante violação aos direitos da personalidade deste, configurando o dano moral. De fato, o comportamento da réu/agravante mostrou-se assaz abusivo, tornando necessária a reparação do dano sofrido.

171  
8



172  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Acresça-se que o valor da indenização por dano moral arbitra-se conforme as circunstâncias de cada conflito de interesses e deve representar uma compensação razoável pelo sofrimento experimentado.

Com efeito, não existe orientação uniforme e objetiva que estabeleça os critérios a serem utilizados para a fixação do valor devido a título de danos morais. No entanto, pode-se chegar ao montante com base nas circunstâncias fáticas, na gravidade do dano, seus efeitos lesivos e as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, bem como o caráter pedagógico da medida.

Dessa forma, restando configurado o dano moral, cabe ao magistrado arbitrar *quantum* indenizatório que tenha por objetivo inibir a repetição de tais condutas. Dessa forma, entendo como razoável ao cumprimento das finalidades da reparação do dano o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

E no que diz respeito aos juros moratórios, igualmente, não assiste razão ao apelante. Vejam-se os arestos do STJ a seguir colacionados:

PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EXORBITÂNCIA NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ. 1. O provimento do recurso especial por contrariedade ao art. 535, II, do CPC pressupõe sejam demonstrados, fundamentadamente, entre outros, os seguintes motivos: (a) a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a esses recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; (b) houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanear a omissão; (c) a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua anulação ou reforma; e (d) não há outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão. Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegativa por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados. Incidência da Súmula 284/STF. 2. O acórdão recorrido, com base na análise dos fatos e das provas, concluiu pela existência de danos morais decorrente de falha na prestação do serviço de telefonia e majorou o valor da condenação fixado na sentença a título de reparação. 3. A alteração do entendimento adotado pelo Tribunal de origem, a fim de acolher a pretensão da agravante de afastar ou reduzir a condenação por tais danos, torna-se tarefa inviável de ser realizada no recurso especial, por força do óbice da Súmula 7/STJ. 4. Incidem juros de mora sobre a condenação por danos morais a partir do evento danoso ou da citação, conforme se trate de

173  
8



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

relação extracontratual ou contratual, respectivamente. 5. Tendo em vista que a recorrente, no caso, busca modificar o termo inicial dos juros de mora fixado na origem a partir da citação para a data em que foi majorado o valor da condenação, o aresto não comporta reforma, no ponto. 6. O termo inicial da incidência de correção monetária não foi discutido no acórdão impugnado. Não ventilada no aresto impugnado a matéria motivo da controvérsia, fica caracterizada a ausência de prequestionamento e impedido o seu acesso à instância especial, nos termos das Súmulas 282/STF e 211/STJ. 7. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 261321/MG, Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 08/02/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO. REVISÃO. NÃO CABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. ARBITRAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. REFORMATIO IN PEJUS. CITAÇÃO. MANUTENÇÃO. 1. Hipótese em que o valor foi estabelecido na instância ordinária em patamar que não excede os parâmetros admitidos, sendo condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 2. A correção monetária deve incidir desde a partir do julgamento em que fixada a indenização. Enunciado 362 da Súmula do STJ. 3. No caso de indenização por dano moral puro decorrente de ato ilícito os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (verbete 54 da Súmula do STJ). 4. Mantidos os juros de mora a partir da citação, para que não ocorra reformatio in pejus. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no REsp 1311586/MG, Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 01/02/2013)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE COBERTURA. DANO MORAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. JULGAMENTO DE OFÍCIO. INOCORRÊNCIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. 1. A elisão das conclusões do aresto recorrido, refutando fundamentadamente a alegação de julgamento de ofício, demandaria o revolvimento dos meios de convicção dos autos, soberanamente delineados pelas instâncias ordinárias, tarefa vedada nesta sede especial a teor da súmula 07/STJ. 2. Segundo entendimento pacificado desta Corte, o valor da indenização por dano moral somente pode ser alterado na instância especial quando infimo ou exagerado, o que não ocorre no caso em tela, em que, consideradas as suas peculiaridades, fixado no valor de quarenta salários mínimos. 3. Nos moldes de diversos precedentes específicos desta Corte, o termo inicial dos juros de mora na indenização por dano moral decorrente de injusta recusa de cobertura de seguro saúde é a data da citação da empresa. Precedentes específicos. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1229448/MA, Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 16/10/2012)

No tocante à verba honorária imposta na condenação, entendo que a mesma não foi arbitrada de forma razoável e equitativa pelo magistrado *a quo*, na forma do disposto no art. 20, §4º, do CPC.



124

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Deve a atividade do hermeneuta no arbitramento dos honorários sucumbenciais ser sempre pautada pela observância dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, para o fim de estabelecer um *quantum* que, ao passo que valora a dignidade do trabalho do advogado, não consubstancie causa de enriquecimento desmedido.

Desta feita, considerada a natureza da causa, o trabalho realizado pelo causídico nos autos, o tempo decorrido e o critério de equidade, entendo como justa e bem dosada a fixação dos honorários advocatícios no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Faço, ainda, uma ressalva em relação à parte dispositiva da sentença que condenou o Estado de Pernambuco ao ônus sucumbencial. No caso dos autos, não há que se falar em pagamento de custas processuais, pois, a parte vencedora, em face do benefício da Justiça Gratuita, goza de isenção no adiantamento das despesas, não havendo do que ser reembolsado ou restituído, bem como a Fazenda Pública estaria pagando a si mesmo.

Finalmente, no tocante à multa diária aplicada pelo togado singular na liminar concedida, esta se mostra razoável em função da gravidade e do estágio avançado da doença que acomete o apelado, bem como é amplamente aceita pela jurisprudência pátria a sua aplicabilidade em casos idênticos.

Corroborando este entendimento destaco os seguintes arestos, da lavra do STJ e deste Egrégio Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. MULTA. ART. 461 DO CPC. PROVEITO DA MULTA EM FAVOR DO CREDOR DA OBRIGAÇÃO DESCUMPRIDA. I - É permitido ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, a fixação de multa diária cominatória (astreintes) contra a Fazenda Pública, em caso de descumprimento de obrigação de fazer, *in casu*, fornecimento de medicamentos a portador de doença grave. II - O valor referente à multa cominatória, prevista no artigo 461, § 4º, do CPC, deve ser revertido para o credor, independentemente do recebimento de perdas e danos. Precedente: REsp 770.753/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, DJ de 15.03.2007. III - Recurso especial provido. (REsp 1063902/SC, Relator: Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, Data da Publicação: DJe 01/09/2008)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. IDOSO. APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA POR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL. 1. O entendimento pacífico desta Corte Superior é no sentido de que é possível ao juiz - ex

175  
8



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*officio* ou a requerimento da parte - em casos que envolvam o fornecimento de medicamentos a portador de doença grave, determinar a imposição de multa cominatória (astreintes) contra a Fazenda Pública, objetivando o efetivo cumprimento da determinação judicial. 2. Nesse sentido, os seguintes precedentes: REsp 854.283/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 18.9.2006, p. 303; REsp 775.233/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 1º.8.2006, p. 380; REsp 804.107/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 5.6.2006, p. 252; REsp 821.033/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 17.4.2006, p. 194; REsp 796.215/RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 1º.2.2006, p. 464. 3. Desprovisionamento do agravo regimental. (AgRg no REsp 963416/RS, Relatora: Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, Data da Publicação: DJe 11/06/2008)

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ANEURISMA CEREBRAL. MEDICAMENTOS. CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA POR MAIORIA. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO. Preliminar de ausência de prova pré-constituída: rejeitada por unanimidade, em virtude da confusão com o próprio mérito do mandamus. Consta-se a comprovação por parte da Impetrante da necessidade do uso do fármaco TRILEPTAL (OXCARBAZEPINA) 600 mg, uma vez que tal diagnóstico foi proferido por médico especialista na área da patologia de que a Impetrante é acometida. Ainda assim, a saúde é um direito de todos, sendo, conseqüentemente, um dever estatal a sua efetivação. Trata-se de um tema diretamente relacionado à dignidade da pessoa humana e ao direito à igualdade, os quais pressupõem o Estado-garantidor, incumbindo de assegurar o mínimo de condições básicas para o indivíduo viver e se desenvolver. Portanto, cabe ao Estado assegurar o direito à saúde nessa situação devendo promover políticas sócio-econômicas destinadas a possibilitar o acesso universal igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde (CF, art. 196). Entretanto, com relação às demais medicações pleiteadas em sede mandamental, quais sejam: SINVASTATINA 20mg, RIVOTRIL 0,5mg, ABLOK PLUS 50mg, CALTRATE 600+D e OMEPRAZOL 40mg, não se vislumbra a necessidade de obtenção das mesmas, uma vez que a Impetrante não comprovou a necessidade do uso dos demais fármacos, ante a ausência de declaração de médico competente de serem tais medicamentos imprescindíveis ao tratamento. Com relação à multa majorada para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que o Estado cumprisse a liminar deferida, o STJ tem jurisprudência pacífica que, nos casos de não concessão de medicamento, cabe a qualquer instante a fixação de astreinte, de ofício, pelo magistrado, pois se trata de meio coativo de forçar o devedor, inclusive contra a Fazenda Pública. Agravo Regimental interposto pelo Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco: prejudicado. Em virtude da manutenção do entendimento da liminar, esvaziou-se o objeto da interposição do Agravo Regimental n. 0162788-7/01, nada mais havendo a ser neste juízo apreciado, pois os fatos que o agravante visa obstar tornaram-se consumados. Houve, portanto, desaparecimento superveniente do interesse processual recursal. À unanimidade dos votos, o Grupo rejeitou a preliminar de ausência de prova pré-constituída e, no mérito, por maioria, concedeu

13



126  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

parcialmente a segurança a fim de que seja fornecido à impetrante apenas o medicamento Trileptal 600 mg, ficando fixada a multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento, ficando prejudicados os Agravos Regimentais nº 162788-7/01 e 162788-7/02. (Agravamento Regimental nº 162788-7/01, Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior, 1º Grupo de Câmaras Cíveis, Data do julgamento: 9/4/2008)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO RESULTANTE DE JULGAMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL NO QUAL, À UNANIMIDADE DE VOTOS, DECIDIU-SE, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO - Interposto em face de decisão, proferida em mandado de segurança preventivo, pela qual se deferiu pleito de liminar, determinando-se à autoridade impetrada (Exmo. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco) que adotasse as providências urgentes e necessárias para o fornecimento do medicamento requestado na exordial, enquanto perdurasse a prescrição médica, sob pena da incidência de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) na hipótese de descumprimento da medida. Contrariamente ao apontado pelo embargante, não há qualquer omissão no acórdão atacado, uma vez que este se encontra correta e adequadamente fundamentado; a matéria trazida a julgamento foi convenientemente apreciada, posicionando-se o órgão fracionário pelo improvimento do agravo regimental. O ente julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas sim a julgar a questão posta a exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto. Embargos rejeitados. Decisão indiscrepante. (Embargos de Declaração nº 126034-8/02, Relator: Des. Eduardo Augusto Paura Peres, 2º Grupo de Câmaras Cíveis, Data do julgamento: 7/7/2010)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. Rejeitada a arguição de perda de objeto apresentada pelo *Parquet* ante a ausência, nos autos, de evidência concreta de que a liminar atacada tenha esgotado o seu alcance jurídico. 2. Em seguida, nesta sede de cognição sumária, afastou-se a alegação de ilegitimidade ativa do autor/agravado, eis que, embora residente e domiciliado no Estado de Alagoas, no momento em que se deu o ajuizamento da presente ação o mesmo se encontrava sob tratamento, pelo SUS, no serviço de transplante de medula óssea do Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco. 3. Ainda na sequência, foram rejeitadas as alegações de ilegitimidade passiva do Estado de Pernambuco e de necessidade de formação de litisconsórcio passivo com a União, o Estado de Alagoas e o Município de Maceió, uma vez que é justamente em razão do caráter solidário da obrigação de prestação de serviços públicos de saúde que podem ser demandados quaisquer dos devedores co-obrigados, à escolha do credor, restando, via de consequência, prejudicada a arguição de incompetência da Justiça Estadual, visto que a competência da Justiça Federal só exsurgiria se indispensável fosse a presença da União no pólo





177  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

passivo do feito. 4. A utilidade/eficácia do tratamento solicitado e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restaram evidenciadas pela apreciação de laudo médico acostado aos autos, subscrito por profissional de saúde do Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco, cujo conteúdo não foi contraditado pelo agravante (fls. 57). 5. Quanto à alegação de ausência de comprovação da negativa, pelo Estado, de fornecimento do medicamento em apreço, tem-se que o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 6. A hipossuficiência não constitui pressuposto para a fruição do direito constitucional à saúde, razão pela qual é irrelevante, a rigor, a respectiva prova, embora, no caso em apreço, verifique-se ser o autor/agravado beneficiário da justiça gratuita (declaração de fls. 54). 7. No tocante ao pedido de revogação da multa diária cominada à Fazenda Pública pelo juízo de primeiro grau, tem-se que foi estabelecida razoavelmente e em obediência ao disposto no art. 461, § 5º, do CPC, pelo que se manteve o valor determinado em primeiro grau (R\$ 2.000,00). 8. O fornecimento do medicamento pleiteado é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 9. Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 10. Precedentes jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e deste Tribunal de Justiça. 11. Cristalina, portanto, a presença da verossimilhança do direito do agravado e bem assim o *periculum in mora*, a legitimar a antecipação de tutela agravada. 12. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento nº 173524-0, Relator: Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 8ª Câmara Cível, Data do julgamento: 5/11/2009)

Ante o exposto, voto pelos improvimentos dos presentes Recursos, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**